

Matthias Röhrig Assunção

Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: O caso do Maranhão, 1800-1860

No debate sobre as origens do subdesenvolvimento, a relação entre os diferentes segmentos da economia constituiu-se num campo privilegiado para o confronto entre interpretações divergentes. Enquanto os ‘dependentistas’ insistem sobre a exploração colonial e o imperialismo ‘informal’ do comércio britânico para explicar o atraso da economia brasileira no século XIX, seus críticos sustentam que as estruturas internas foram os únicos responsáveis (Haber/Klein 1997: 248). A ênfase sobre o setor de exportação distinguiu, durante muito tempo, a historiografia brasileira. Foi Roberto Simonsen (1957) que introduziu a periodização da economia brasileira em ‘ciclos’, caracterizados cada qual por um produto de exportação dominante. A sucessão de ciclos (açúcar, ouro, café) constituiu-se em ortodoxia na história econômica do Brasil. Como seus críticos sublinharam (Linhares/Teixeira da Silva 1981) esta concepção levou a subestimação dos outros setores da economia e mesmo de regiões inteiras – aquelas que não estavam passando por um ‘boom’ nas exportações, ou aquelas onde este setor estava em crise, e que em consequência, eram tachadas de ‘decadentes’. Mesmo nos enfoques marxistas da década de 1970, a economia doméstica ainda era considerada a variável dependente (Novais 1979: 111; Gorender 1978: 257) e identificada com uma economia de subsistência, de caráter predominantemente não-mercantil. Tanto Caio Prado Júnior (1963) –o primeiro a analisá-la– quanto Celso Furtado (1972) amalgamavam no conceito de economia de subsistência a produção para o consumo próprio e a produção para os mercados locais e regionais.

Quanto às unidades de produção, Prado Júnior já distinguia formas específicas para cada setor da economia, ou seja, a grande *plantation* escravista na exportação e uma unidade menor (em geral chamado ‘sítio’), onde dominavam outras relações de trabalho, na economia de subsistência. Estabelecia-se desta maneira uma correspondência entre o

nível macroeconômico, e as respectivas formas de produção, a nível microeconômico. Mais recentemente Gorender (1978: 241-67, 297-301), na sua construção de um “modo de produção escravista colonial” analisou a produção de alimentos no interior da *plantation*. Distinguiu dois segmentos (mercantil/natural), e atribuiu caráter absolutamente marginal à produção camponesa independente. Na sua crítica contundente à ‘bissegmentação’ da plantation e ao conceito de ‘economia natural’, Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990: 21-68) tem apontado para a importância da produção mercantil não-capitalista, cuja existência foi comprovada em muitas formações sociais. Apoiando-se em autores como Kula e Mintz, concluiu que estes mercados não-capitalistas eram caracterizados por escassez permanentes, baixas taxas de lucro e acumulação, monetarização imperfeita, rigidez da oferta, e concorrência limitada.

É o que emerge também das pesquisas das ultimas décadas sobre a economia do Brasil Colonia ou Império: Havia um substancial setor da economia colonial orientado para o mercado interno, constituído, as vésperas da Independência, de verdadeiro “mosaico de formas não-capitalistas de produção” (Fragoso 1998: 144). Era formado por fazendas escravistas, unidades camponesas (usando ou não o trabalho escravo) e estâncias utilizando trabalho livre não-assalariado. Cada unidade de produção colonial podia inserir-se de várias maneiras na economia, produzindo ora para a auto-subsistência, ora para o mercado interno ou para a exportação. No caso do Maranhão, deparamo-nos com fazendas produzindo algodão e arroz para o mercado externo e alimentos para a sua auto-subsistência; enquanto as fazendas de gado, as fazendas de mandioca e as unidades de produção camponesas produziam para o mercado interno e sua auto-subsistência. Por esta razão parece-me importante diferenciar claramente entre o setor monetário e setor não-monetário da economia interna, e distinguir três setores, e não apenas dois, na economia: a produção de (auto-)subsistência (setor A), a produção para o mercado interno (setor B) e a produção para a exportação (setor C).

Qual era o peso de cada setor na economia e quais eram as relações entre os setores? Celso Furtado (1972: 95), estimou que o valor produzido pelo setor de exportação alcançava um quarto do valor total da economia brasileira em 1800, e um sexto em 1850. Para ele (Furtado 1972:

93; 128), a principal razão para o atraso da economia brasileira no início do século XIX foi a queda das exportações, em comparação com o crescimento da população. Este raciocínio foi levado ainda mais adiante por Buescu (1970: 103):

A conclusão é que o aumento da população foi totalmente dispar com as possibilidades de crescimento da economia. [...] De fato, com o esgotamento dos ciclos, agentes econômicos ingressavam forçosamente na economia de subsistência, de menor produtividade e rentabilidade, reduzindo, desta forma, a capacidade global de expansão da economia.

Estas interpretações globais ainda se baseavam em dados e estimativas muito pouco confiáveis. Nos últimos anos multiplicaram-se os trabalhos empíricos que tentaram quantificar aspectos específicos da economia voltada para o mercado interno ou mesmo a da subsistência (Mattos de Castro 1987; Teixeira da Silva 1990; Libby 1991; Fragoso 1998). Devido porém às dificuldades inerentes a tal empresa — a maioria das fontes coloniais e oitocentistas são caracterizadas por uma verdadeira obsessão pelas exportações e importações, maior fonte de renda do Estado — trabalhos sobre o mercado interno continuam sendo escassos (Leff 1997: 60). Acrescentarei que isto parece-me ainda mais válido para províncias periféricas como o Maranhão, que tiveram uma experiência bastante diferente do Sudeste: o número limitado de trabalhos empíricos recentes, baseados em pesquisas de arquivo, impediu a inclusão deste percurso singular na discussão mais geral.

Desta maneira a insistência sobre a performance do setor de exportação, e a ‘crise’ do mesmo como razão exclusiva para explicar crises políticas e sociais do período tem caracterizado até interpretações mais recentes. Maria Januária Vilela Santos (1983: 35-42), por exemplo, atribuiu à crise generalizada na agricultura, cujos sintomas seriam notados desde o final do século XVIII, papel importante para explicar a eclosão da guerra civil da Balaiada. Cabe indagar-se sobre este conceito mesmo de crise, tão abundantemente usado pela historiografia maranhense, porém poucas vezes claramente definido.

De fato, segue-se geralmente um modelo de interpretação da economia regional que surgiu no início do século XIX, no breve período entre a abertura dos portos e a Independência. Um pequeno grupo de intelectuais, ligados à grande lavoura ou à administração colonial, tentou re-

fletir sobre os problemas que enfrentavam os lavradores naquela época, destacando-se Raimundo José de Sousa Gaioso (1818) e Garcia d' Abranches (1822) com seus clássicos tratados sobre a agricultura maranhense. Emerge então a “periodização ortodoxa” (Almeida 1983: 49-55), na qual sucedem-se a “antiga barbaridade” (o período anterior a 1756), a época de ouro da “prosperidade” (o período até a década de 1810) e a atualidade, caracterizada por diferentes ‘males’ que afligiam os lavradores. Estes eram acentuados pela grande crise da economia de exportação, entre 1818-19. Entretanto, Abranches (1822: 35), concluía, mesmo depois desta crise, que “a Lavoura não está em tanta decadência como os lavradores”. Foi no período subsequente que a ‘decadência’ da grande lavoura, às vezes também chamada genericamente de ‘crise’ da agricultura passou a constituir referência obrigatória de relatórios, tratados e histórias do Maranhão. É significativo que mesmo trabalhos mais recentes contentam-se em reproduzir os dados dos clássicos, sem acrescentar-lhes dados novos que permitiriam relativizar esta periodização.

Em geral segue-se implicitamente o modelo de crise da economia de exportação já delineado por Furtado (1972: 135):

Dans les économies dépendantes, la [*sic*] crise se présente sous une forme totalement différente et commence par une chute de la valeur des exportations en raison de la réduction soit de la valeur unitaire des produits exportés, soit de la valeur et du volume total de ceux-ci.

No que segue quero enfatizar a importância de outros tipos de crises, mais ‘internas’, localizadas no setor de subsistência e no mercado interno de alimentos, cuja importância já foi demonstrada para outras regiões brasileiras. Enfocarei a economia maranhense como o conjunto destes três setores e analisarei a relação entre eles, sua *performance* assim como os diferentes tipos de crise em cada setor. Meu argumento é: 1) a ‘decadência’ da grande lavoura algodoeira só pode ser entendida se levamos em consideração as estruturas de consumo, os investimentos na agricultura, assim como a relação entre fazendeiros e negociantes, e a ação do Estado; 2) a chamada ‘decadência’ significou, de fato, uma ‘interiorização’ da economia, com o setor de exportação perdendo em importância relativa, e 3) as crises internas aos outros dois setores econômicos são igualmente relevantes para entender a trajetória econômica da província e explicar a convulsão social da Balaiada.

1. O setor de exportação e sua inserção na economia atlântica

A capitania do Maranhão era uma colônia periférica do império colonial português até a segunda metade do século XVIII. As peculiaridades desta fase inicial, como a preponderância dos jesuítas, ou a especialização em “drogas do sertão” (baunilha, canela) ainda carecem de estudo mais sistemático.¹ Todos os trabalhos existentes concordam em ressaltar a pobreza da colônia nesta época e a atribuir o ulterior ‘desenvolvimento’ à política mercantilista do Marquês de Pombal e a ação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1756-78).² Sem dúvida, a Companhia criou as condições para o desenvolvimento de uma economia regional baseada na *plantation* escravista, produzindo para o mercado europeu, parecida às demais capitanias do Nordeste e do Sudeste, aspecto sempre ressaltado pelos defensores incondicionais da Companhia como Dias (1970) e Viveiros (1954, I). Mas quais foram as consequências do Maranhão ter se enveredado por esta via ao escravismo colonial, ou seja, através do monopólio comercial e do endividamento sistemático dos fazendeiros? Faltam análises mais pormenorizadas sobre este assunto. Podemos assumir, no entanto, que em poucas outras regiões brasileiras existia dependência tão grande dos fazendeiros em relação à burguesia comercial.³

A industrialização na Europa, com sua demanda por algodão aumentando de maneira exponencial, garantiu, a partir de 1780, um mercado em expansão constante para o principal produto de exportação maranhense, e ajudou a consolidar o crescimento do setor de exportação. O algodão passou a representar 75% das exportações do Maranhão, e chegou mesmo entre 1796 e 1811, ao segundo lugar nas exportações brasileiras com 24,4%, logo depois do açúcar, com 34,7%. O Maranhão era então a segunda região exportadora do produto –depois de Pernam-

¹ Para uma monografia sobre comércio maranhense, da época colonial até o século XX, ver Viveiros (1954-64).

² Ver a este respeito a extensa monografia sobre a *Companhia de Comércio*, com numerosos quadros estatísticos, de Dias (1970).

³ A situação era parecida no Pará, onde esta Companhia também gozou de monopólio comercial entre 1757-78. Outra exceção foi Pernambuco, onde também funcionou outra companhia de comércio monopolista. Mas nesta capitania já existia uma economia escravista agro-exportadora bem estabelecida desde o século XVI.

bucu— e São Luís chegou a ser o quarto porto exportador do Brasil (Arruda 1980: 353-354, 368).

No tempo da Companhia, os lucros dos comerciantes eram de 45% na importação de fazendas secas da Europa, com adicionais 5% se a compra fosse a crédito e eram provavelmente ainda mais altos na exportação. Lucros abusivos foram a principal queixa dos fazendeiros contra a Companhia, e, pelo visto, esta situação não mudou muito com a abolição da mesma em 1778. O historiador Southey (1977, III, XLVI: 406) escreveu sobre São Luís no final do século XVIII:

Muito maior do que nas cidades comerciais do Sul era aqui a desigualdade das classes, e possuindo os mercadores opulentos muitas terras e numerosos escravos, alguns deles de mil a mil e quinhentos, era também grande a sua influência.

Se referia ele a comerciantes portugueses como José Gonçalves da Silva, que tinha por alcunha o Barateiro, dono de 1500 escravos, cuja fortuna foi estimada, depois de sua morte, em 1821, em 6 a 7 milhões de cruzados (£ 490.000). Outro comerciante e capitalista influente era José Antônio Meireles, que tinha concedidos empréstimos na praça num valor total de 1.200 contos (£ 245.000).⁴ Esta desigualdade social, maior do que em outras capitanias, e a proeminência dos comerciantes é confirmada também por outras fontes, como por exemplo Koster (1817, I: 217).

Arruda (1980: 566-570) calculou os lucros médios dos mais importantes produtos do comércio colonial brasileiro durante o período 1796-1811, distinguindo lucratividade baixa (menos de 30%), média (30-70%), alta (70-100%) e excepcional (acima de 100%). Os negociantes obtinham os lucros mais altos com os produtos brasileiros exportados para Europa. O lucro no comércio do algodão chegava a 65%, e do arroz a 101%. A lucratividade na importação de produtos europeus era mais baixa, se situando em geral entre 12 e 51%. Mesmo se os dados de Arruda não permitem conclusões a respeito de eventuais diferenças regionais de lucratividade, fica claro que os lucros do comércio colonial superavam, de longe, as possibilidades de lucro dos fazendeiros no Maranhão.

⁴ Ver Viveiros (1954, I: cap. 15) para uma biografia destes dois comerciantes.

Esta situação já fora percebida pelos contemporâneos. O juiz Bernardo Gama (1981: 14) via nos altos preços dos produtos importados a razão pela falta de solidez financeira dos fazendeiros:

Os descendentes [dos primeiros europeus], porém, [...] convencendo-se dos grandes interesses que lhes resultam daquele começado comércio[do algodão], não lhes ocorre outra idéia se não o plantar muito, para exportar muito, sem advertir que por muito poderosa que seja a agricultura, vem toda a sua produção a consumir-se nos altos preços por que mandam à Europa comprar todas as necessidades da vida. E desta sorte perdem todas as vantagens do sistema agrário quando lhe faltam os adminículos dos sistemas subalternos que lhe devem ser inseparáveis. Desprezam as artes e a indústria, tão necessárias ao País, para lançar mão de grossas lavouras e, por consequência, de grossos dispêndios em que consomem tudo, e às vezes mais do que lucram. Trazem um grosso giro, mas sem solidez e sem resultado em favor dos primeiros fundos.

Fazendeiros como Gaioso ou Abranches, no entanto, explicavam o endividamento dos lavradores e a sua conseqüente dependência dos negociantes pelos altos preços dos escravos. Nas palavras de Gaioso já não se encontrava mais ‘lavrador’⁵ sem dívidas:

E bem fundada esta minha asserção que sendo infinitos os lavradores nacionais que antigamente tinham em cofre um bom sobre excedente das suas lavouras, e que com ele supriam não poucas vezes outros lavradores seus amigos, ou parentes, já para formar novos estabelecimentos, já para aumentar os que se achavam principiadados, com o módico interesse do benefício da lei, e até sem ele, apenas se achará hoje algum que ainda se possa incluir nessa classe; por quanto entre os lavradores modernos de 20 anos a esta parte, é quase geral o empenho em que se acham constituídos para com os vendedores da escravatura (Gaioso 1970: 241).

Abranches (1822: 13, 31-32) foi ainda mais longe, acusando os traficantes de escravos de haver criado um monopólio para fazer subir os preços, e reclamava também dos impostos ‘excessivos’.⁶

⁵ Na linguagem da época, ‘lavrador’ designava sempre o fazendeiro dono de escravos.

⁶ Além do mais, a proibição do tráfico transatlântico ao Norte do Equador, em 1817, afetava mais particularmente São Luís, situada apenas três graus abaixo do mesmo.

A situação dos fazendeiros, e a sua dependência dos negociantes, não se alterou muito com a abertura dos portos, em 1808. Platt (1972) e mais recentemente Haber/Klein (1997: 248) tem relativizado a importância da famosa abertura dos portos ao comércio das nações européias. De fato, os produtos brasileiros já chegavam aos mercados ingleses desde os tratados anglo-portugueses de 1654 e 1703. Negociantes ingleses estabelecidos em Lisboa e no Porto compravam produtos brasileiros, e havia mesmo quatro casas inglesas estabelecidas em portos brasileiros antes de 1808 (Simonsen 1957: 353). Platt, tentando refutar a tese do ‘imperialismo informal’ inglês, argumentou que a Inglaterra não estava interessada em produtos latino-americanos e que os mercados latino-americanos eram insignificantes para Inglaterra. Mas o Brasil constituía uma exceção a este respeito, recebendo mercadorias inglesas num valor que equivalia, nas décadas de 1820 e 1830, ao total das exportações inglesas para o Caribe. Este comércio, como é sabido, era facilitado pelas baixas tarifas de importação (15%) que a Inglaterra conseguiu estabelecer nos tratados de comércio de 1810 e 1827, enquanto os produtos brasileiros continuavam a pagar impostos altos para entrar na Inglaterra (Simonsen 1957: 397-399). Por isso historiadores tem insistido no fato que o Brasil constituía “um mercado importante para manufaturas inglesas, mas somente uma fonte secundária de importação britânica” (Manchester 1964: 98).

Neste quadro, o algodão constituía a grande exceção, representando o item de mais peso nas exportações brasileiras para a Inglaterra. O interesse inglês pelo algodão explica o estabelecimento de comerciantes ingleses no Maranhão, logo após a abertura dos portos. Em 1812 já operavam mais de uma dúzia de estabelecimentos comerciais ingleses em São Luís (Viveiros 1954, I: 122). A maioria se estabelecia com créditos do mercado de capitais londrino. Em pouco tempo, lograram dominar o comércio de importação e exportação. Em 1812, 56% das exportações maranhenses já iam diretamente para a Inglaterra, e 45% das importações provinham deste país. Em números absolutos, o valor das importações inglesas não chegou, no período 1812-1821, a alcançar

o das exportações maranhenses (Schneider 1975: tab. 33 e 35).⁷ O Maranhão constituía assim uma província atípica no Império brasileiro, e mesmo na América Latina: aqui os negociantes ingleses compravam mais do que vendiam.

A predominância inglesa no comércio exterior maranhense era o resultado não somente de tarifas preferenciais, mas também da maior eficiência do comércio transatlântico inglês. O frete de mercadorias para Inglaterra custava, apesar da distância maior, somente metade do frete para Lisboa. Os prêmios de seguro também eram mais baratos (Xavier 1956: 311). Além do mais, os comerciantes portugueses da praça de São Luís sofriam da falta de liquidez e de crédito além mar, como lamentou Xavier (1956: 314):

Esta também é a razão porque se acha paralisado o comércio do Maranhão chegando a ponto de que havendo quem precise dali mandar dinheiros para Lisboa, não achar uma só Casa que possa sacar uma Letra ainda de pequena quantia, vendo-se os Portugueses na dura percisão [*sic*] de irem entregar os seus dinheiros a Ingleses no Maranhão para os ter em Lisboa e pagarlhes em cima o prêmio que eles exigem. Parece coisa repugnante, e oxalá que fosse isso quimera, mas por desgraça é fato!!!

O comércio português no Maranhão, que havia vivido durante décadas à sombra do monopólio colonial, não conseguiu resistir a invasão dos comerciantes da ascendente potência mundial. Como não existia aqui nenhuma tradição de concorrência no comércio e como a província oferecia o produto colonial que mais interessava aos ingleses, não é de estranhar que em São Luís a dominação do comércio transatlântico pelos ingleses fosse maior do que em outros portos:

Em nenhum grande porto do Brasil a posição da Inglaterra era tão forte como em São Luís. Os ingleses determinavam as taxas de câmbio, os fretes, o valor das moedas e dos produtos do país. Tinham papel preponderante na importação e na exportação (Schneider 1975: 420).

⁷ Não encontrei dados a este respeito para os anos 1830-41. Em 1844, ano de preços baixos do algodão, 64,5% das importações maranhenses ainda provinham da Inglaterra, e 57% das exportações maranhenses iam para aquele país. Ver também Schneider (1975, tab. 40).

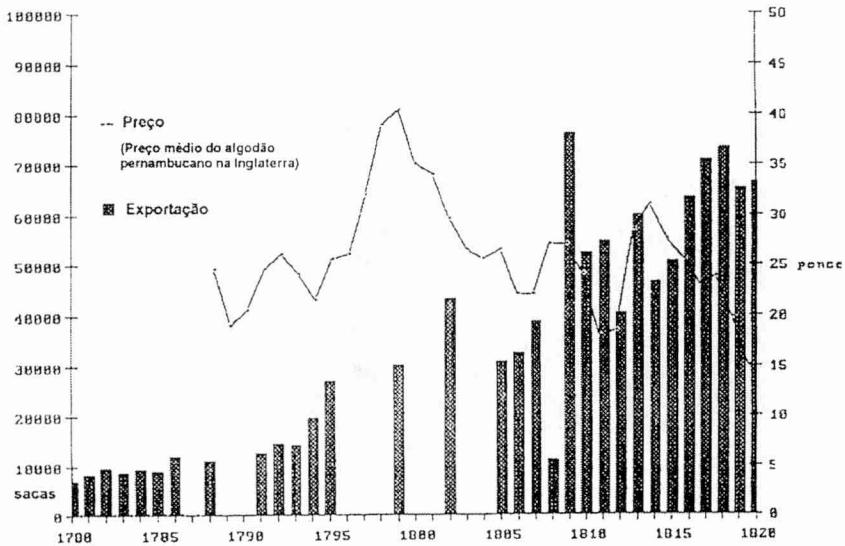
Gráfica 1: Comparação dos preços de algodão no Maranhão e na Inglaterra, 1812-1821



Fontes: Lago (1822: tab. 18); Simonsen (1957); Mitchell (1962).

Esta situação levou os comerciantes portugueses a advogar medidas protecionistas (Xavier 1956: 312; Gaioso 1970: 272), mas tratava-se de mero combate de retaguarda, sem chance de êxito no contexto brasileiro. A questão que se coloca, então, é se esta rivalidade entre negociantes portugueses e ingleses chegou a afetar a situação dos fazendeiros maranhenses. Em teoria, poderiam ter-se beneficiado de preços melhores por causa da concorrência. Na prática, no entanto, não foi o que aconteceu. Segundo Gaioso (1970: 258-270), os compradores ingleses de algodão perceberam que competir com os negociantes portugueses só fazia subir os preços. Teriam entrado em acordos secretos (“monopólio oculto”) com aqueles, para manter o preço do algodão baixo na praça de São Luís, mesmo quando este estava subindo na Europa. Uma comparação dos preços do algodão em São Luís e na Inglaterra, durante os anos 1812-19 parece comprovar as acusações de Gaioso (ver gráfica 1). Desta maneira, a abertura dos portos não significou, de imediato, o fim do caráter oligopolista do comércio ludovicense. Os comerciantes ingleses na praça souberam explorar esta estrutura em benefício próprio. Apro-

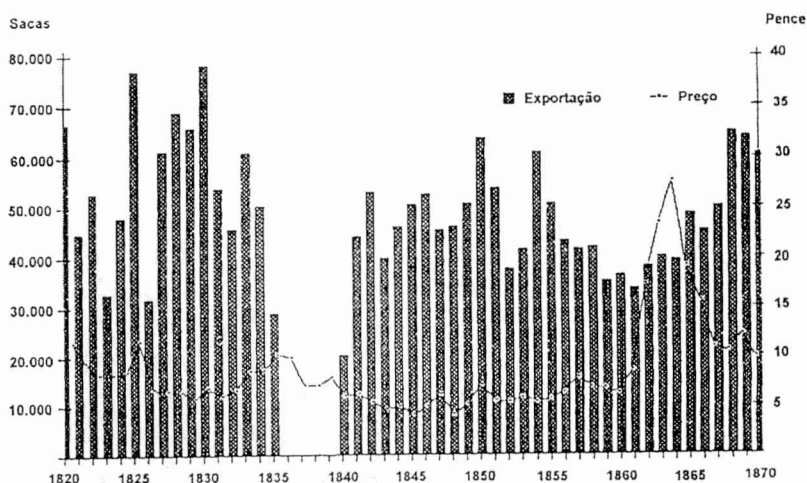
Gráfica 2: Exportações de algodão do Maranhão e preços do algodão na Inglaterra, 1780-1820



Fontes: Maranhão 1948 (1952); Mitchell (1962).

veitando a falta de liquidez crônica dos fazendeiros, negociavam compras a crédito para as mercadorias por eles importadas, mas aceitavam como pagamento das parcelas apenas moeda de prata ou ouro, ou algodão a preços estipulados por eles. Os comerciantes portugueses, perdendo assim grande parte do lucrativo negócio de importação/exportação, tiveram que reorientar suas atividades para tentar manter os seus lucros. Nesta situação mais difícil, muitos tentavam compensar prejuízos ganhando como prestamista. Isto foi facilitado pela liberação de fato dos juros. Durante a época colonial os juros para empréstimos eram limitados a, no máximo, 6% ao ano. Mesmo sendo abolidos oficialmente, pela Regência, apenas em 1832 (Carvalho 1979: 16-17), nas décadas de 1810 e 20 já se cobravam de fato juros de 2-3 ou mesmo 4% mensais.

Gráfica 3: Exportações de algodão do Maranhão e preços do algodão na Inglaterra, 1820-1870



Nota: O valor indicado é o preço médio do Upland ou Middling American.

Fontes: Maranhão 1948 (1952); Mitchell (1962).

Parece-me que isto pode explicar também o aumento de execuções judiciais de devedores.⁸

Viveiros (1954, I: 146), sempre simpático à causa dos comerciantes, patrocinadores da sua obra, afirmou que “No geral, o espírito do negociante português não se aprazia em promover desgraças”. Outras fontes indicam que pelo contrário, este período foi o das “execuções cruéis” por parte dos negociantes:

E por que o mal é geral, e ali já não se acha numerário, senão em mui poucas mãos de capitalistas ambiciosos, e usurários, cujos nomes a decência manda calar, segue-se que ou os Escravos são vendidos em Praça por muito menos de a metade do seu justo valor, ou adjudicados aos exequentes na forma da Lei [...] (Xavier 1822: 308).

⁸ A frequência de execuções judiciais emerge também em uma análise recente de inventários de fazendeiros do município de Viana da época 1870-90. Ver Faria (1998: 66-74).

Os negociantes ingleses não se arriscavam em negócios pouco seguros no interior, mas se concentravam sobre o comércio de importação/exportação. Provavelmente por esta razão não sofreram represálias durante as guerras da Independência ou da Balaiada. Não lidavam diretamente com as classes livres pobres, e nem com a maioria dos fazendeiros. 'O português', pelo contrário, continuava a representar o comerciante avarento e mesquinho, que se enriquecia às custas do 'povo'.

Neste contexto houve pouco espaço para modernizações das técnicas agrícolas, no tratamento do algodão ou no sistema de transportes, tão necessárias para enfrentar a crescente concorrência internacional. O endividamento dos fazendeiros só explica em parte esta falta de inovações. De fato, quando os fazendeiros conseguiam retornos altos para o seu algodão, gastavam seus lucros na compra de mais escravos (até 1840) e em importações de luxo. Seda francesa compunha parcela significativa das importações. Mas a maior parte das importações maranhenses era constituída por tecidos de algodão ingleses (Schneider 1975, tab. 40). O Maranhão exportava portanto o algodão cru para reimportar sobretudo tecidos de algodão!

A falta de inovações técnicas teve como resultado uma produtividade estagnante. Nos Estados Unidos, pelo contrário, investimentos produtivos resultaram numa queda de custos e numa melhora da qualidade do algodão. Assim, o algodão norte-americano, já a partir de 1800, substituiu gradualmente o algodão maranhense no mercado inglês. Só em períodos de guerra nos Estados Unidos (como 1812-14 e 1861-65) logrou o algodão maranhense recuperar temporariamente a sua posição no mercado. A queda do preço do algodão levou os fazendeiros a tentar economizar no seu tratamento (safra e descascamento), provocando péssima reputação do produto maranhense depois de 1820 nos mercados europeus (Soares 1977: 48-49).

No entanto, a queda dos preços do algodão e a crescente competição com outras regiões produtoras não levaram, de imediato, a uma reorientação ou mesmo a uma queda significativa da produção. Em termos de volume, o ano 1830 assinala o auge da produção maranhense, com quase 80.000 sacas exportadas. E a produção conseguiu manter-se geralmente acima dos 35.000 sacas até a década de 1870. Desta maneira, temos que ler os comentários contemporâneos sobre a 'decadência' e a 'crise' do algodão com certa cautela. Não se tratava necessariamente de

queda do volume de produção. As crises maranhenses podiam resultar de queda de preços no mercado mundial, coincidindo com os ciclos descendentes da economia mundial (Fases B na linguagem dos historiadores econômicos). Na interpretação dos contemporâneos como César Marques (Almeida 1983: 106), “este aumento não contradiz o estado de decadência aludida”, porque a lavoura estava “onerada de dívidas” e “desfalcada de braços”, sugerindo que os lavradores intensificavam a jornada de trabalho dos escravos para enfrentar as condições adversas. As crises podiam também ser o resultado de uma política cambial desfavorável do governo imperial. Leff (1997: 36) sublinhou que este seguia interesses regionais específicos, e sugeriu que uma independência do Norte teria tido efeitos positivos sobre a economia da região.

Finalmente, as crises da economia algodoeira se originavam também localmente. Em 1819-20, por exemplo, houve uma crise aguda no Maranhão que só parcialmente coincidia com a crise européia. Mauro (1972: 46) já comentou sobre o fato desta fase de prosperidade ser mais longa no Brasil do que na Europa, onde os preços começaram a cair desde 1815-17. No Maranhão, o preço ainda alto do algodão entre 1817 e 1819 provocou verdadeira euforia entre os fazendeiros, que compraram muitos escravos a crédito no intuito de expandir a produção. Talvez este preço alto fosse apenas o resultado da especulação, sem base na demanda européia.⁹ Seja como for, quando o preço do algodão caiu, a partir de 1819, muitos fazendeiros não podiam mais pagar suas obrigações. Vários negociantes, que já haviam comprado algodão dos fazendeiros na esperança de lucros altos, tiveram grandes prejuízos e alguns quebraram.¹⁰

A Guerra da Independência resultou na desorganização da produção em 1822-23, mas a exportação chegou a outro máximo de mais de 70.000 sacas em 1825. No ano seguinte, houve outra crise relacionada tanto à queda local da produção (seca de 1824-25 no Maranhão) quanto

⁹ Clapp (1965) relata que os comerciantes ingleses distinguiram tempos calmos (*quiet times*) e tempos especulativos (*speculative times*), cada qual requisitando procedimentos distintos no comércio transatlântico.

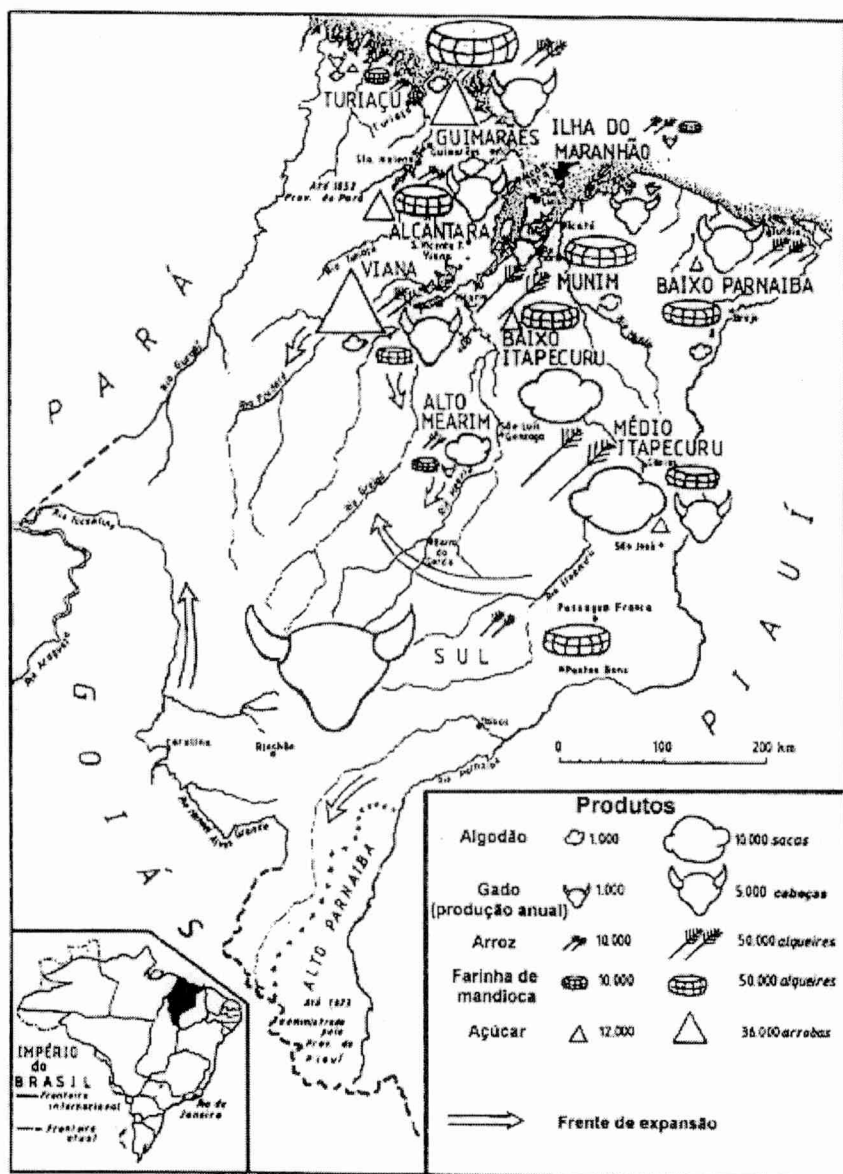
¹⁰ Para uma descrição pormenorizada desta crise, ver o relato do governador do Maranhão de 31.01.1821, reproduzido em Vieira da Silva (1972: 51-52), Marques (1970: 77) e Viveiros (1954, I: 139).

à queda dos preços na Europa (crise de 1825-26). Houve outras quedas no preço em anos subseqüentes, por exemplo em 1848. Não há porém uma correlação direta entre o volume da produção maranhense e o preço do algodão no mercado mundial, o que leva a conclusão que o volume de produção era sobretudo o resultado de fatores internos. Não existem estatísticas sobre o volume da produção do período 1835-40, mas os dados sobre o valor total das exportações ou os valores do imposto do algodão deste período permitem afirmar que não houve queda significativa da produção antes do início da Guerra da Balaiada.¹¹ O preço do algodão tampouco era muito baixo em 1837-39. Desta maneira é difícil seguir autores como Santos (1983: 35-42) que usa a “crise da agricultura”, e a “desagregação da economia” para explicar a eclosão da Balaiada: “A crise que se abateu sobre a lavoura e sobre os demais setores produtivos da Província, inevitavelmente, levou a depauperização das camadas populares a níveis insuportáveis” (Santos 1983: 34). Mas as fontes citadas por ela referem-se apenas ao período 1811-22! Parece-me problemático estender o conceito de crise a uma duração de meio século, e tirar conclusões sobre o estado geral da economia somente a partir do caso do algodão, e uma suposta crise da pecuária. Houve crises pontuais na economia algodoeira, como em 1819 ou em 1825, mas não em 1838. Houve estagnação da produção e deve-se analisar os aspectos deste declínio. Mas não devemos confundir fenômenos de conjuntura, como as crises, com a longa duração e as tendências seculares.

Por esta razão é necessário refletir de maneira mais abrangente sobre a economia regional, a relação entre os seus diferentes segmentos e os problemas que enfrentavam os agentes econômicos no Maranhão. Precisamos redefinir os tipos de crise e entender melhor as contradições internas da economia, assim como a sua evolução neste período.

¹¹ Para o valor das exportações maranhenses entre 1835-40, ver *Relatório do Presidente da Província* (1841: 92-93) e para a receita provincial deste período, ver Viveiros (1954, I: 329).

Mapa: Maranhão 1860: produção por microrregiões



2. Crises e mercado interno

Devido à verdadeira obsessão das autoridades pela exportação é difícil ter uma noção exata da extensão do mercado interno na primeira metade do século XIX. Levando em conta a escassa população em relação à superfície da província, e o deficiente sistema de transportes (só pelos grandes rios, e algumas estradas em péssimas condições, sobretudo em época de chuva), é claro que o mercado interno enfrentava severas limitações. Além do mais, uma grande parte da população de escravos e livres pobres era somente parcialmente integrada à economia monetária, vivendo sobretudo na economia de subsistência. No entanto, até as populações mais afastadas dos centros coloniais, como os quilombolas vivendo nas matas além da ‘fronteira’, mantinham relações comerciais com outros segmentos da população.

É na documentação das câmaras, responsáveis pelo abastecimento da população, que encontramos as melhores informações a respeito do mercado interno de alimentos. Os principais alimentos comercializados eram a farinha de mandioca, a carne seca, e a carne ‘verde’ (fresca). Existia um mercado mais limitado para milho, feijão, rapadura, peixe, produtos lácteos, óleos, hortaliça e frutas.¹² São Luís com seus 20.000 habitantes na época da Independência constituía o mercado mais importante de alimentos, abastecido por produtos dos municípios litorâneos como Guimarães, Icatu e Alcântara. Itapecuru-Mirim, também chamada simplesmente de ‘a feira’, era o grande mercado de gado do interior. As outras vilas tinham importância sobretudo para o mercado local. Somente Caxias, no rio Itapecuru, alcançava importância supra-regional. Elevada a cidade em 1836, era situada na intersecção de várias rotas comerciais ligando o Nordeste com o Sul do Maranhão e o litoral da província. Contava apenas 2.500 habitantes em 1821, entre os quais a única colônia portuguesa de alguma importância fora de São Luís, que vivia do comércio (Lago 1822; Paula Ribeiro 1848: 50-51). Era a afluência de pessoas vindas de longe que fazia dela importante centro comercial:

¹² Lago (1822: tab. 14) relata que 36 espécies de frutas eram comercializadas, e que “Há outros muitos, porém agrestes, que só as comem os índios, e Negros”.

É a vila de Caxias uma continuada feira, onde muito distante os povos dos sertões confinantes trazem à venda os seus efeitos, que constam de algodões, solas, couros de veado e cabra, tabacos de fumo, gados, escravaturas da Bahia, cavaliarias e tropas de machos, a que chamam burradas, levando em troco toda a qualidade de gêneros da Europa. Assim por isso, como por ser uma escala dos viajantes do Maranhão e Pará por terra para quase toda a América portuguesa ou ainda espanhola, é nela considerável a concorrência de muita gente e de muito comércio, em comparação da insignificante importância do seu local (Paula Ribeiro 1848: 52).

Desenvolveu-se também um substancial mercado para alimentos de todo tipo, no qual até escravos tentavam se inserir, como se vê pelas tentativas de regular a sua atuação:

Os Pretos, ou Pretas, que venderem Farinha, Milho, e Arroz, Feijão, Hortaliças, Frutas e outros quaisquer gêneros a retalho, não poderão fazer Feira se não na praça de N. Senhora do Rosário, pena de pagarem mil-réis, ou dois dias de prisão, fica porém livre o transito dos Tabuleiros pelas Ruas como até agora se praticava.¹³

Esta postura não especifica se os escravos em questão vendiam por conta própria ou a do senhor, mas documenta a extensão do mercado de alimentos neste período. Outra postura deixa claro que a intenção da câmara era mesmo limitar a atividade autônoma dos escravos:

Ninguém poderá comprar a escravos objeto algum, ou comerciar com estes sem permissão de seus Senhores, Administradores ou Feitores, sob pena de dez mil réis pela primeira vez, e o dobro na reincidência, sendo o negócio feito nesta cidade, ou em povoações, sendo em fazenda de plantação, ou criação, será a pena de 30\$000, e na reincidência o dobro e oito dias de prisão.¹⁴

A justificativa dada era sempre de impedir a venda de mercadorias roubadas pelos escravos. Podemos supor que era também uma maneira de limitar a participação dos escravos no que era considerado área exclusiva dos livres.

¹³ Postura de 17.01.1834, Registro das Posturas da Câmara Municipal de Caxias, Livro de Atas da Câmara, Arquivo Municipal de Caxias.

¹⁴ Postura de 02.08.1837, art. 1, *idem*.

O mercado para alimentos perecíveis era mais limitado ao âmbito local. Segundo algumas autoridades, a economia de subsistência constituía a principal entrave ao comércio: “É pela facilidade de subsistência que o comércio e a navegação se acham em um estado deplorável, [...]” (Gama 1981: 13). Na realidade, estes dois fatores se reforçavam mutuamente: eram também as condições precárias de transporte que desestimulavam os fazendeiros e camponeses a produzir um excedente. Fracassaram várias tentativas, por parte de particulares, de montar esquemas de comercialização regionais (Roteiro 1900: 138-39), e mesmo o Estado teve que enfrentar muitos reveses nesta área, como veremos a seguir. Devido aos altos custos de transporte e a sua demora, somente um número reduzido de alimentos era comercializado além do nível local. Como em outras províncias, os mais importantes eram a farinha de mandioca, o gado, a carne seca e ‘verde’, as bebidas alcoólicas, e o peixe seco. A farinha era o alimento de base da população. Por esta razão analisarei as crises do mercado interno, ou seja, a relação entre safras, estruturas comerciais, e crises de abastecimento e subsistência a partir do exemplo da farinha e da carne verde.

No modelo proposto por Gorender (1978: 257) qualquer movimento de contração ou expansão do segmento de ‘economia natural’, no âmbito da *plantation*, era determinado por um prévio movimento da ‘economia mercantil’. Para sua demonstração usa um comentário sobre uma falta de farinha no Maranhão. Segundo o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão [...]*, esta falta era devido aos fazendeiros, que desprezavam a agricultura de subsistência em favor do cultivo dos gêneros para exportação (Roteiro 1900: 139-40). Embora não se saiba a que data exata (e portanto, a que conjuntura) se referia o autor anônimo, é certo que houve crises de abastecimento no Maranhão que podem ser relacionadas à conjuntura de preços altos do algodão, e à concorrência entre as economias de exportação e a de subsistência. Paula Ribeiro, viajando pelo vale do Itapecuru exatamente na conjuntura de alta, em 1815, relata que

[...] a opulenta Caxias, a mais comerciável de toda a capitania, é também a mais carecida dos gêneros de lavoura própria para a sua subsistência, porque é aqui preterida esta pela do algodão, assim como sucede em todo o Itapecuru povoado, fazendo este terrível sistema talvez uma parte do motivo das fomes que se experimentam na capital relativo às farinhas de

pão, geral pão do Brasil, pela muita quantidade dela que aqui extraem aqueles lavradores para o sustento das suas escravaturas, em lugar da muita que lá podiam lavar para esse fim, e para fertilizar também a referida capital [...] (Paula Ribeiro 1849: 55-56).

Neste caso, tratava-se menos de uma crise de subsistência generalizada do que de uma oferta limitada e preços altos para a farinha nesta microrregião. Atingia os viajantes, como Paula Ribeiro, e sobretudo os pobres sem terra. Em outro texto sobre o assunto, o major se refere justamente a “fome geral da pobreza” – não a da população em geral. A falta de farinha atingiu também a população urbana de São Luís, porque os fazendeiros “não deixam de comprar em outros lugares assaz distantes esses gêneros para o seu sustento” (Paula Ribeiro 1848: 51) o que fez subir os preços destes gêneros em São Luís. Mas estes impasses no abastecimento da farinha expressavam um fenômeno conjuntural, não endêmico como pretende Santos (1983: 60). Somente preços altos no mercado mundial podiam induzir os fazendeiros a gastar dinheiro e mandar vir a farinha de longe. A crise de abastecimento de 1816-19 na praça de São Luís era portanto também devido às compras dos fazendeiros do Itapecuru, que passaram a competir com os habitantes da capital. Esta demanda não podia ser satisfeita a curto prazo. É provável que as microrregiões tradicionalmente exportadoras de farinha, como Guimarães e Icatu, teriam incrementado as suas produções, se esta demanda tivesse sido constante.¹⁵ Mas com a queda do preço do algodão, os fazendeiros do Itapecuru voltaram a produzir farinha para o sustento dos seus escravos. Não encontrei dados para os anos 1830, mas em 1860 as microrregiões Baixo e Médio Itapecuru, onde viviam 22% da população, produziam quase 20% da farinha da província: não precisavam se abastecer em outros municípios.

No entanto, nem todas as crises de subsistência no Maranhão coincidem com conjunturas de alta, o que nos deve levar a considerar um conjunto mais complexo de fatores. Assim a crise de 1816-19 foi agravada pela inépcia do governador (Poranduba 1891: 120-21). Maria Yedda Leite Linhares (1979: 125) distinguiu seis fatores na sua pioneira tipologia das crises coloniais: causas naturais, concorrência entre econo-

¹⁵ Esta possibilidade é também reconhecida por Gorender (1978: 251-252).

mia de exportação e subsistência, a formação de um mercado mais lucrativo para alimentos, retirados do mercado local, a recusa dos produtores de produzir excedentes quando desestimulados por entraves de natureza fiscal, dificuldades de transportes, e lucros de intermediários. Uma análise das crises maranhenses confirma a importância de cada um destes fatores, como veremos a seguir.

Uma causa natural, a seca, foi a razão inicial para a crise de subsistência de 1824-26 no Maranhão oriental. O agravamento da crise nos anos 1825 e 1826 se deve porém a outras razões. Acudindo a um pedido de ajuda da câmara do Brejo, o governo provincial mandou 200 alqueires (6.400 kg) de farinha em 100 sacas. Uma parte (21 sacas) chegou molhado e podre. O resto, reclamava a câmara, não dava nem para alimentar os 'necessitados' durante um mês.¹⁶ E havia municípios, como Tutóia, onde quase toda a população estava passando necessidade.¹⁷ Assim o péssimo estado das vias de comunicação e a falta de meios do governo provincial neste período impediram uma ação mais eficaz. O presidente da província podia lançar mão de métodos mais radicais, como proibir o fabrico de tiquira (aguardente de mandioca), ou requisitar farinha ou tubérculos de mandioca em outras áreas, menos atingidas pela crise. Assim aconteceu na vila do Icatu, quando 512 alqueires de farinha e mandioca para produzir outros 500 alqueires foram confiscados em dezembro de 1825.¹⁸

A crise de 1837-38 já era de outro tipo, ou seja, uma crise de abastecimento. A safra de mandioca de 1837 foi fraca, mas não catastrófica. O que precipitou a crise foi o abastecimento das tropas no Pará, que estavam lutando contra os cabanos. Além do mais, o Maranhão também exportava farinha para várias outras províncias. Como resultado, o preço, que em anos 'normais' oscilava entre 600 e 1:500 réis por alqueire de farinha, subiu para 3:200 réis em março de 1837 em São Luís. Isto significava fome para a 'pobreza' (*Publicador Oficial* 1837: 4003, 4006, 4013, 4079).

¹⁶ Ofícios da Câmara Municipal do Brejo para o Presidente da Província, 16 e 19.10.1825, APEM.

¹⁷ Ofícios do Comandante da Tutóia, 20.01.1826, APEM.

¹⁸ Ofício da Câmara do Icatu, Dezembro de 1825, APEM.

O governo tomou várias medidas: Proibiu a exportação de farinha de mandioca (março de 1837), aboliu o imposto (décimo) sobre a farinha de mandioca e destinou 12 contos para a compra de farinha fora da província, a ser vendida pelo preço de custo no Maranhão (Lei provincial nº 34 do 27.6.1837). O iate *28 de julho* foi enviado para este fim para os portos do Piauí e Ceará. Não encontrando quantidades suficientes para comprar, foi requerida a assistência dos presidentes da Bahia e de Pernambuco. As correspondências oficiais e os jornais indicam que ‘atravessadores’ estavam ganhando com a crise. Provavelmente por causa deles a crise continuou no ano de 1838. Em janeiro deste ano a câmara municipal de São Luís advertia o presidente da província que:

Sendo a Câmara Municipal a atalaia do Bem Público, e pertencendo-lhe o cuidado do provimento dos víveres necessários para os habitantes desta cidade, deve ela por isso mesmo abastecer o mercado, e acautelar quanto lhe for possível os monopólios, que se costumam a fazer das farinhas da Mandioca, e dos mais gêneros, que servem de alimento geral ao Povo, e evitar a falsificação que se usa nas medidas, em grande prejuízo da pobreza, e do Público em geral.¹⁹

Segundo a câmara, a estas alturas a falta de farinha já era devida a ação dos especuladores:

A Câmara Municipal desta Cidade, mui penetrada do grande vexame que vê sofrer os habitantes dos seus Distritos, principalmente os que pertencem às classes menos abastadas, com a carestia da farinha da terra (um dos mais importantes gêneros de primeira necessidade) cuja carestia, não sendo proveniente da falta deste gênero, com evidência se conhece que nasce do pernicioso Monopólio de certos indivíduos que, contando com a prontidão da venda, por ser o primordial alimento de todas as classes, animam-se a oferecer grandes preços, uma vez que seja vendida a prazo, para depois saciarem a sede de sua sórdida cobiça vendendo-a ao povo com exorbitantes lucros, sobre aquele alto preço, porque já a compraram, [...].²⁰

Por esta razão a câmara propunha a compra de uma reserva de farinha com fundos provinciais, a ser vendido a preço de custo para o ‘povo’:

¹⁹ Ofícios da Câmara Municipal de São Luís, 23.01.1838, APEM.

²⁰ Idem.

A experiência já mostrou, Exmo. Sr., a vantagem desta medida; por que no tempo da Câmara transacta, aparecendo uma igual crise, um Cidadão verdadeiramente filantropo, emprestou a aquela corporação Municipal certa soma para com ela comprar-se a dinheiro à vista farinha; colheu-se tão feliz resultado que, em menos de três meses desceu a farinha de 3:200 por alqueire (preço por que se vendia) a 1:280 réis e a menos.²¹

No mesmo dia a câmara adotou postura municipal obrigando qualquer indivíduo querendo vender farinha no atacado de oferecê-la primeiro no varejo, no mercado público de São Luís, durante oito dias. Só depois poderia vender farinha no atacado. O presidente da província não aceitou tal medida intervencionista e no dia 9 de abril 1838 decidiu suspê-la, reintroduzindo a 'liberdade' do comércio. A proibição de vender farinha para outras províncias tampouco surtiu muito efeito, apesar das recomendações aos juizes de paz e inspetores de quarteirão de velar pelo acatamento da medida (*Publicador Oficial* 1838: 4079). Como o preço da farinha no Pará chegava ao dobro do preço no Maranhão (*Publicador Oficial* 1838: 4074), é provável que muitos comerciantes maranhenses não tenham conseguido resistir a tentação do lucro mais alto [...].

No dia 9 de junho 1838 foi decidido vender as reservas do exército para 'a pobreza', os juizes de paz da capital devendo supervisionar a venda e garantir que só se vendia aos 'pobres' e nunca quantidades superiores a meio alqueire por família. Seis meses depois começava a guerra civil também no Maranhão, provocando outra vez o colapso do abastecimento regional. Não está bem claro até que ponto a crise de 1837-38 atingiu toda a província, ou somente as microrregiões abastecedoras de São Luís.²² A safra de 1838 foi razoável, de maneira que a extensão da crise foi sobretudo devido às estruturas comerciais – a ação dos monopolistas e a exportação para outras províncias. Estamos portanto em presença de outro tipo de crise. Não uma crise de subsistência, como 1825-26, nem uma crise generalizada em toda a província, mas uma crise local de abastecimento, que atingia sobretudo a população pobre das cidades do litoral. Não encontrei referências mencionando maiores problemas de

²¹ Idem.

²² A câmara de Alcântara pediu o envio de farinha ao presidente da província em carta do 16.03.1838 (Ofícios da Câmara de Alcântara, APEM).

abastecimento da população camponesa do interior e suponho que conseguiram viver da sua produção doméstica. Em consequência, não podemos estabelecer uma relação direta entre esta crise de 1837-38 e a Balaiada, já que nesta última a população pobre da cidade não se manifestou. No entanto, o ódio da população urbana pobre contra os atravessadores da farinha de 1837-38 certamente aumentou os ressentimentos contra os comerciantes ‘portugueses’, que se expressaram com tanta força na Balaiada.

As câmaras municipais eram, desde a época colonial, responsáveis não somente pela aplicação exata dos pesos e medidas mas também pelo abastecimento da sua população (Linhares 1979: 84). Quando os seus fundos, sempre limitados, não eram suficientes para garantir o abastecimento com os gêneros de primeira necessidade, encarregavam particulares com esta responsabilidade. Geralmente arrematavam um contrato em leilão público. Os contratos de carne verde no Maranhão previam que somente o contratante podia abater gado e vender carne, por um preço fixado pela câmara. O contratante também assumia o compromisso de abastecer o município com carne suficiente em todos os dias da semana previstos no contrato. Isto abria possibilidades de monopólio lucrativo para alguns membros da câmara ou a sua clientela. Em São Luís, o já referido Antônio José Meireles foi acusado, em 1819, de haver assim roubado “o povo em 60 contos, fazendo subir o preço de carne, contra expressa cláusula do contrato”.²³ Esta fama de monopolista acompanhou Meireles durante as subseqüentes décadas. Ainda em 1838, o jornalista Rafael Estevão de Carvalho denunciava as intrigas do chefe informal da colônia portuguesa junto ao governo, acusando-o de tentar, outra vez, obter lucros ilícitos através do monopólio da carne verde.²⁴

A prática de arrematar contratos para a venda de carnes verdes continuou no interior, depois da Independência, mas também foi objeto de acirrados conflitos, como na vila do Rosário, em 1827. O comandante parcial deu o seguinte relato do conflito:

²³ “Representação” do 22.02.1822, reproduzida na íntegra em Viveiros (1954, I: 170).

²⁴ *O Bemtevi* (1838: 39; 42).

Participo a v. Exca., que quando tomei conta do comando Parcial desta Freguesia, achei como de costume era o Povo matar gado, naqueles dias em que o contrato não dá Carnes verdes: esta mesma ordem eu a deixei seguir pelo povo não passar extrema necessidade, pois que o contrato só dá carne nos Domingos, e dias Santos, e esta mesma muito péssima. Tendo vir ter comigo o dito contratador, afim de não deixar matar gado algum naqueles dias em que ele não desse carne, respondi-lhe que não podia puribir [*sic*], pois que quando tomei conta do Comando já achei esta mesma ordem, [...].²⁵

Pertenciam ao termo do Rosário nesta época os campos de Anajatuba, onde viviam muitos pequenos criadores, interessados em vender carne no mercado local, mas eram impedidos de fazê-lo por este tipo de monopólio. Arrematavam-se contratos deste tipo ainda na década de 1830, levando a intervenção do governo provincial, orientado por princípios liberais. O conflito entre a câmara do Brejo e o governo da província exemplificam que nem dirigismo mercantilista nem liberalismo livre-cambista conseguiam resolver os problemas de abastecimento na província.

Em março de 1838 a câmara do Brejo assinou contrato com Francisco Alves de Souza, prevendo que este deveria oferecer todos os dias quantidades suficientes de carnes verdes, por um preço abaixo do mercado, e ameaçava com multa de 10:000 réis qualquer pessoa vendendo carne, conquanto o referido Alves de Souza cumpria com suas obrigações. O presidente da província declarou o contrato inválido no dia 2 de Abril 1838. Em carta à câmara, pedia explicações, já que este tipo de contrato estava em infração com a Constituição do Império (*Publicador Oficial* 1838: 4279). A câmara respondeu que:

O Cidadão Francisco Alves de Sousa representou-nos os monopólios com que meia dúzia de sujeitos (se tanto são) praticam consumadas usuras no Comércio da Carne Verde, cuja trafecância [*sic*] é aqui de nós bem conhecida. [...] carne má de gado empestado, e assaz enfezado, ou com sal empiilhado, e lodosa no tempo de inverno, não será prejudicial a salubridade pública? Nós supomos, que sim, e tudo isto tem sido executado entre nós pelos negociadores deste gênero; pois que estes praticando coisas que excitam o escândalo público na ocasião de receberem o dinheiro adquirido com

²⁵ Ofícios do Comandante parcial de Rosário, 19.04.1827, APEM.

o suor do pobre, para lhes venderem um dos alimentos de sua primeira necessidade, se tornam insofríveis, já demorando-os bastante tempo com perda de seus afazeres, já lhes vendendo carne de gado enfezado, e até empestado (como tem acontecido ser proibida a venda pelo Juiz de paz); já enfim deixando de matar gado para venderem carne empilhada, e cheia de lodo como seca a 120 réis a libra, e o mesmo fazendo com a 1a. classe de cidadãos, avançam para com estes decterios [*sic*], que muito ofendem, e conhecendo V. Exa. otimamente, que a sociedade é dividida em classes, cujas classes são ocupadas por aqueles de seus membros, que por suas circunstâncias são adaptados para elas, está óbvio, que neste tráfico, e nesta Vila poucos são os Cidadãos que se podem nele empregar, por que assim dividido não oferece vantagem que convide a pessoas mais abastadas, o qual recaindo em Cidadãos sem outro modo de vida, e sem a percepção necessária para conhecer os ditames da razão, e só ouvindo o rude interesse que os inflama, abusam da liberdade, e tornam seu comércio insofrível a quem dele depende, e por consequência a todos.

A vista de tanto abuso assim praticado, deste monopólio tão escandaloso, e duma usura tão desmarcada, que ao cidadão abastado é pesada, e ao pobre é insuportável, a Câmara assentiu, como já dissemos, à representação daquele Cidadão Souza, [...].²⁶

Se tomarmos em conta que o “cidadão Souza” foi vereador da câmara na legislatura anterior, adensa-se a suspeita de que este episódio representava um conflito entre dois ou mais grupos de latifundiários e fazendeiros de gado, que brigavam pelo controle do mercado local de carne. Os consumidores pobres sempre acabavam prejudicados. A câmara do Brejo não se conformou com a introdução da ‘liberdade’ no comércio local da carne pelo governo provincial. Em 1839 voltou a insistir na crise de abastecimento no município, pedindo a volta dos contratos de monopólio:

A final Exmo. Sr., o talho das Carnes Verdes posto em contrato, e por arrematação é de extrema precisão para o bem público neste Município, por quanto se esta não existe de direito existe todavia de fato pelo monopólio usado dos negociadores deste gênero, e nem se diga, que a liberdade das carnes verdes promove a abundância, por que a experiência tem mostrado o contrário, e principalmente neste lugar aonde as pessoas que se

²⁶ Ofício da Câmara do Brejo, 21.05.1838, APEM.

empregam neste negócio fazendo-o combinação entre-si, nunca aparecem ocorrentes, um só é quem mata gado quase sempre, e este pratica todos os gêneros de usuras, pelas maneiras mais execrandas, e desprezíveis; ora levando o preço ao maior auge, outras vezes, e pode-se dizer que quotidianamente diminuem o peso; cuja fraude não se pode evitar por que a sagacidade com que praticam ilude quaisquer diligências, outras vezes vendem-a mor parte dos ossos, e mandam retalhar a carne, na qual deitam imenso Sal, mandam empilhar, que tempo de inverno se torna lodosa, e de má qualidade, e ainda meia fresca a vendem por exorbitante preço, e os consumidores se vêem obrigados a assim mesmo a comprar, por não terem para onde recorrer a vista da combinação dita, e além de praticarem tudo quanto temos expressado a V. Exa., a inda ousam fazer seleção na venda, pois que este, ou aquele cidadão não é do seu agrado, [...].²⁷

Sem dúvida esta crise, provocada pelo monopólio local das carnes verdes, aumentou a insatisfação da população pobre desta área do Baixo Parnaíba. Contribuiu para endurecer a oposição entre um pequeno grupo de fazendeiros comerciantes, e a ‘pobreza’, levando ainda mais gente para o campo rebelde, poucos meses depois.

3. A interiorização da economia

Podemos distinguir então três tipos de crise na economia maranhense. A primeira, provocada por um fator externo, a queda do preço do algodão, era no entanto também gerada pelas estruturas de produção e comercialização internas à colônia. Não resultava necessariamente numa queda do volume de produção, mas sim numa queda da renda per capita e reforçava todos os sintomas da ‘decadência’ da grande lavoura. Não deixava portanto de afetar negativamente o mercado interno.

O segundo tipo de crise era ocasionado por causas ‘naturais’, como a seca, resultando numa falta geral de farinha e alimentos de base na área atingida. Obviamente estas crises de subsistência também eram o resultado da estrutura fundiária, que havia marginalizado a agricultura de subsistência nas áreas mais desfavoráveis (terras de areia, zonas mais

²⁷ Ofício da Câmara do Brejo, 16.03.1839, APEM.

expostas à seca). Estas crises eram agravadas pela deficiência do sistema de transportes e pela ação dos especuladores e atravessadores.

Estes últimos fatores se tornaram preponderantes no terceiro tipo de crise, a crise de abastecimento, que atingia toda a população que não produzia os alimentos para o seu sustento. Francisco Carlos Teixeira da Silva, na sua minuciosa análise das crises de subsistência na Bahia e no Rio, acrescentou a estes fatores as limitações ecológicas e as ‘falhas tecnológicas’ como outros elementos causais,²⁸ e o que ele definiu como ‘plantacionismo’:

A hegemonia do plantacionismo, com sua distinção entre cultivo de rico e cultivo de pobre, impondo regras desfavoráveis aos roceiros e promovendo, impiedosamente, a transferência de renda do setor produtor de alimentos para o setor plantacionista, inscrita na imposição dos preços habilmente defendida junto ao Poder em nome do Bem Comum (Teixeira da Silva 1990: 403-404).

A hegemonia do plantacionismo, a existência de monopólios e a ação dos especuladores apontam para a importância do papel do Estado, que foi analisado em outro trabalho (Röhrig Assunção 1993).

As crises expressavam as variações a curto prazo da conjuntura; não deixaram de provocar também mudanças mais profundas, de longa duração. Na Europa ocidental, a primeira metade do século XIX foi a época de crises ‘mistas’, anunciando a passagem das crises de antigo regime ou agrícolas (até 1848) às crises predominantemente industriais. No Maranhão, as crises também podiam ser mistas, sendo o resultado de um conjunto complexo de fatores, com uma combinação diferente para cada crise: podiam coincidir crise européia, crise de exportação, crise de subsistência e crise de abastecimento ou não. As crises afetavam também a relação entre os três setores econômicos (subsistência, mercado interno, exportação), já que todas as crises “caminham na mesma direção: mudam de natureza mudando as estruturas” (Bouvier 1974: 34).

As tabelas 1, 2 e 3 tentam mostrar o peso de cada setor em três momentos distintos. Os dados sobre o mercado interno para os anos 1801 e 1821 são baseados nos pagamentos do dízimo, e por isto devem

²⁸ Estes aspectos são também discutidos no primeiro capítulo da minha tese. Ver Röhrig Assunção (1993).

ser mais baixos que a produção real, já que este imposto só era cobrado nas feiras, ou era arrematado. Para o setor de subsistência, usei estimativas de produção de farinha, principal alimento, baseado na estimativa prudente de um consumo de 4 alqueires por habitante/ano.²⁹ A produção de farinha (tanto a vendida no mercado interno como a produzida em economia de subsistência) correspondia somente a 1/9 do valor do algodão exportado em 1801. Mas em 1821 já representava a metade, e em 1860 um valor superior ao algodão e açúcar exportados. A economia de exportação perdeu a sua predominância, em termos de valor produzido, já na primeira metade do século XIX, o que relativiza a afirmação de Buescu/Tapajós (1967: 178), de que a participação do setor de exportação na economia teria permanecido constante (40%) neste período. O exemplo do arroz também é significativo: 90% da produção eram exportados em 1801, contra 33% em 1821 e somente 5% em 1860. Estes números explicam a pretensa ‘decadência’ do arroz maranhense no século XIX. Na verdade, não houve decadência, mas reorientação da produção para o mercado interno. O arroz maranhense era consumido pela população em vez de ser exportado.³⁰

²⁹ Gaioso (1818: 224) estimou o consumo de farinha por habitante em um alqueire (32 kg) por mês. O *Almanaque do Povo* fez similar estimativa em 1867, para o “pobre” que não tivesse outros alimentos a sua disposição (citado em Marques 1970: 273). Viveiros (1954, I: 172) estimou o consumo diário dos escravos em 280 g. de carne e 675 g. de farinha. É provável que estes números não levem em consideração o consumo inferior das crianças. No relatório do presidente da província de 1854 estima-se o consumo de São Luís (25.000 habitantes) em 120.000 alqueires, ou seja 5 alqueires por habitante/ano. Por esta razão parece-me justificado partir da estimativa de 4 alqueires por habitante/ano. Ver também Teixeira da Silva (1990: 78).

³⁰ Para a produção do arroz no Brasil e a relação entre produção e oferta em perspectiva histórica, ver Costa (1989: 128-195).

Tabela 1: Maranhão: Produção por setor econômico, 1810

Produto	Produção ^a	Consumo interno ^c	Exportação ^a	Preço ^b (em réis)	Valor (em milréis)	% do valor total
<i>Setor B + C (Mercado interno e exportação)</i>						
Algodão, arrobas	216.872	504	216.368	7\$600	1.648:227	95,3
Arroz, alqueires	114.672	11.982	102.690	\$560	64:216	3,7
Farinha de mandioca, alqueires	14.898	10.924	3.974	\$600	8:939	0,5
Couros, peças	6.928	6.925	3	1\$080	7:482	0,4
Total					1.728:864	100,0
<i>Setor A (Economia de subsistência)</i>						
Farinha de mandioca, ^d alqueires	450.000	450.000	-	(\$600)	270:000	

Fontes: ^a “Coleção de Mapas Estatísticos [...]” (in: Viveiros 1954, I: 114); ^b estimacão baseada na média de preços da época; ^c ‘consumo interno’: esta coluna aparentemente só levou em conta o consumo da capital São Luís; ^d estimacão baseada no número de habitantes da capitania em 1799, e um consumo anual de 4 alqueires por habitante.

Tabela 2: Maranhão: Produção por setor econômico, 1821

Produto	Produção	Consumo interno	Preço medio (em réis)	Valor (em milréis)	% do valor total
<i>Setor B + C (Mercado interno e exportação)</i>					
Algodão pluma, em arrobas	225.518	11.600	3\$900	879:520	52,1
Arroz, alqueires	570.079	380.945	\$570	324:945	19,3
Farinha de mandioca, alqueires	207.899	198.810	\$900	187:109	11,1
Carne seca, arrobas	48.924	64.200	2\$000	97:848	5,8
Milho, alqueires	77.172	Tudo	\$700	54:020	3,2
Couros, peças	28.876	2.578	1\$800	51:977	3,1
Azeites, canadas	68.386	30.018	\$600	41:032	2,4
Aguardente de cana, em pipas	385	405	60\$000	23:100	1,3
Peixe seco e salgado, arrobas	15.254	Tudo	1\$000	15:254	0,9
Outros (batata, açúcar, cacau, café, cera, feijão, gengibre, xarope)				13:462	0,8
Total				1.688:267	100,0
<i>Setor A (Economia de subsistência)</i>					
Farinha de mandioca, alqueires	611.572		\$900	371:486	
Feijão, alqueires	8.872		1\$400	12:421	
<i>Gado, produção anual (Setores A, B e C)</i>					
Bois	32.660		10\$000	326:600	
Vacas	5.100		12\$000	61:200	

Fontes: Pereira do Lago (1822, tabelas 14 e 15), para a produção de feijão Spix e Martius (1981, I: 288). Para a produção de mandioca foi estimado um consumo médio anual de 4 alqueires por habitante, e deduzido o consumo já considerado no setor de mercado interno.

Tabela 3: Maranhão: Produção por setor econômico, 1860

Produto	Produção	Consumo interno	Preço medio (em réis)	Valor (em milréis)	% do valor total
<i>Sector B + C (Mercado interno e exportação)</i>					
Algodão sacas (= 6 arrobas)	38.880	2.300 p/arroba	6\$930	1.616:630	31,5
Farinha de mandioca, alqueires	756.100	684.462	1\$800	1.360:980	26,5
Arroz, alqueires	544.500	522.331	1\$500	816:750	15,9
Milho, alqueires	259.500	253.670	1\$100	285:450	5,6
Açúcar, arrobas	233.300	145.009	2\$500	583:250	11,4
Aguardente de cana, pipas	5.069	4.551	80\$000	405:520	7,9
Tabaco, arrobas	8.850	8.770	7\$500	66:375	1,3
Total				5.134:955	100,0
<i>Sector A (Economia de subsistência)</i>					
Farinha de mandioca, alqueires	1.250.512		1\$800	889:942	
Gado, produção anual (Setores A, B e C)	74.675		10\$000	746:750	

Fontes: Relatório do Presidente da Província (1861, tabela 6) para os setores B e C. Para os preços foram usados Costa Gomes (1982: 66), Marques (<1870> 1970) e outros *Relatórios* dos presidentes da província da década de 1850. A estimativa da produção de farinha de mandioca foi feita a partir do número de habitantes (312.628) e de um consumo anual de 4 alqueires por habitante, subtraindo-se a produção já registrada no setor B e C.

Que fatores provocaram esta interiorização da economia maranhense? A queda do preço do algodão no mercado mundial certamente foi relevante, mesmo se a sua importância foi muitas vezes exagerada. Não explica por exemplo a redução do peso relativo do algodão na economia *antes* de 1820. Na minha opinião o crescimento demográfico da população pobre e livre pode explicar porque a economia da província se orientara, já na primeira metade do século XIX, cada vez mais para o mercado interno. Os donos do algodão chamavam esta interiorização de

‘decadência’ da lavoura. Estavam certos, na medida em que um pequeno grupo de abastados fazendeiros não podia mais obter lucros altos como antes de 1820.

A maioria dos estudiosos da história econômica brasileira considera que a renda per capita caiu na primeira metade do século XIX (Furtado 1972; Leff 1982; Buescu 1970). Com isto associam uma queda de produção e de consumo. O problema é que o indicador de renda per capita só é relevante para a economia de mercado. Se mais pessoas trabalhavam no setor de subsistência, isto não significava necessariamente uma queda nas condições de vida da população. Neste sentido afirmava o presidente da província em 1855: “se não temos, como então, grandes riquezas acumuladas, temos mais riqueza, e essa dividida pela população, que goza geralmente de mais abastança [...]”.³¹

Precisamos conhecer melhor as consequências sociais desta interiorização da economia, lamentada pela elite regional como ‘decadência’. A reorientação da economia é vista por muitos autores como condição *sine qua non* para um desenvolvimento autônomo. Em geral associa-se com este processo um forte crescimento do mercado doméstico e eventualmente um processo de (proto-)industrialização, como aconteceu em Minas Gerais ou em São Paulo. No caso do Maranhão, porém, houve sobretudo uma ‘caboclicização’, ou seja uma extensão da economia de subsistência mesmo em áreas antigas de *plantation*. As razões são várias: erosão das terras, inexistência de um mercado urbano suficientemente grande para estimular a produção mercantil; falta de capital (os eventuais lucros dos fazendeiros foram todos reinvestidos em escravos ou gastos em importações de luxo), distância dos grandes centros consumidores. A grande proporção de escravos na população pode ter limitado também a expansão do mercado interno pelo menos até 1870. Além do mais uma série de fatores de ordem político-econômica inibiam o desenvolvimento de uma província tão periférica como o Maranhão: o caos monetário, a política fiscal e o destino das rendas do Estado.³²

³¹ Relatório do Presidente da Província (1855: 32).

³² Por razões de espaço, não foi possível desenvolver esta parte aqui. Para mais detalhes, ver Röhrig Assunção (1993: 260-273).

Segundo o credo mercantilista, a função das colônias era de contribuir para a riqueza da metrópole. Por isto era lógico que a maioria dos ingressos do Estado na Capitania do Maranhão fossem transferidos para Lisboa. A influência da Ilustração e as tímidas reformas da última etapa do Antigo Regime não mudariam este princípio (Novais 1979). A diferença era que estes fundos passaram a ser transferidos para o Rio de Janeiro. Nos anos 1816-21, a metade, e às vezes três quartos da renda eram transferidos para fora da capitania, contribuindo substancialmente para as despesas da Corte.³³ Como continuavam apesar da conjuntura econômica adversa no Maranhão, o governador português pedia a diminuição das remessas:

[...] porque esta Capitania está bem à semelhança de um velho edifício em que por longos anos não se tem pregado um prego nem uma tábuia. Conser-va ainda alguma aparência, mas, em se lhe bulindo, descobre-se que tudo está podre e caindo aos pedaços.³⁴

Mesmo depois da Independência, esta situação mudou pouco: em 1828, por exemplo, quase a metade (48,2%) da receita do Estado na província do Maranhão foram usados para pagar juros e amortização da dívida brasileira em Londres. Outro terço foi usado para manter o exército e a marinha.³⁵ Com o diminuto resto devia-se pagar todas as outras despesas do Estado na província. É óbvio que desta maneira, despesas com a instrução pública ou medidas de investimento na infra-estrutura só podiam ser insignificantes.

Com a separação dos orçamentos do Estado central e das províncias, a partir de 1832 se criaram as bases legais para uma reforma descentralizante, advogada pelo movimento liberal. Mas a limitação dos ingressos provinciais aos impostos internos anulava, de fato, qualquer tentativa de descentralização. No orçamento para o ano financeiro 1833/34, por exemplo, os ingressos do governo central foram estimados em

³³ Ver Lago (1822, tab. 7).

³⁴ Carta do 30.12.1819, reproduzido em Vieira da Silva (1972: 9-11, doc. 6). Os números fornecidos pelo governador não coincidem exatamente com os dados de Lago, mas a tendência é a mesma. É difícil separar nitidamente as despesas do governo central na província das outras despesas nos orçamentos da época.

³⁵ “Demonstração de Receita e Despesa [...]”, 1828, in: *Ofícios da Junta da Fazenda*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Seção Poder Executivo, IF²-48.

11.000 contos, e a soma dos ingressos de todas as províncias em apenas 2.386 contos. Comparados com as outras províncias porém, os gastos do governo central no Maranhão ainda eram relativamente altos: em 1832/33 era 8,6% do orçamento das províncias, quando a sua população representava apenas 4,2%. O Maranhão, junto com Rio de Janeiro e Pernambuco, fazia desta maneira parte do grupo das províncias que recebiam um percentual maior, se comparado com o seu percentual de população, em oposição à províncias como Ceará e São Paulo. Isso pode ser explicado pela importância da receita maranhense para o governo central, mas também pela presença de políticos maranhenses no governo central neste período.

Depois da separação das despesas provinciais, as despesas do governo central no Maranhão se limitavam a manter as instituições nacionais (exército, marinha, Tribunal da Relação, Alfândega, governo da província, deputados e senadores no Rio). As únicas despesas produtivas eram com o correio e a manutenção dos faróis para a navegação. A maior parte das despesas do governo provincial se dava com as instituições repressivas (polícia e Guarda Nacional): uma média de 31,7% durante os anos 1832-40, contra 10,1% para a educação e 0,8% para a saúde.³⁶ Inovações na área de educação, como a fundação do Liceu de São Luís e a introdução do método de Lancaster foram proteladas por falta de recursos até as décadas de 1840 e 1850.³⁷ Uma soma considerável (16,9%) das despesas provinciais era gasta com obras públicas. Só que a maior parte foi gasta para o conserto de igrejas e a construção de prisões, esta última considerado prioridade pelos deputados, e para a construção do canal do Arapapaí. Para este investimento a fundo perdido gastaram-se 550 contos, entre 1776 e 1858, sem que fosse terminada a obra.³⁸ O governo provincial considerava necessária a introdução da navegação a vapor, e prometia incentivos fiscais, mas nada foi feito até a segunda metade do século XIX por falta de capitais disponíveis. Desta

³⁶ Ver *Publicador Oficial* (Março de 1832), *Farol Maranhense* (1832: 1497), e *Leis Provinciais* n° 14 do 15.05.1835, n° 32 do 29.07.1836, n° 52 do 5.08.1837, e n° 80 do 27.07.1838. Ver também tabela 4.23 em Röhrig Assunção (1993: 453).

³⁷ Para uma análise da política de educação durante o Império, ver Cabral (1984).

³⁸ Para maiores detalhes sobre este episódio lamentável para as finanças públicas maranhenses, ver Viveiros (1954, I: 221-235) e Lisboa (1976: 623-631).

maneira as despesas realmente eficientes na área de transportes se limitavam à limpeza de alguns rios para a navegação e à manutenção de algumas estradas rudimentares.

Assim mesmo o governo não conseguia equilibrar o seu orçamento, cronicamente deficitário na década de 1830.³⁹ A solução era pedir socorro ao governo central, que controlava a maior parte das rendas fiscais. Como constatou Mello:

O Governo imperial posava assim de pai magnânimo e compreensivo dos demandos financeiros das províncias, a quem sorria benevolmente como a outros tantos filhos pródigos. Era ele, porém, o primeiro interessado e o principal beneficiário de um sistema que, ao mesmo tempo em que lhes negava os recursos que legitimamente lhes pertenciam, mantinha-as, graças a essa negação mesma, submetidas às ordens dos ministérios que, no Rio, exercessem eventualmente o poder, fossem liberais ou conservadores (Mello 1984: 249-250).

Concluiu este autor que houve uma transferência constante de recursos do Norte para o Sudeste durante o Segundo Império, e que desta maneira o Norte se encontrava como numa situação colonial. Este julgamento é também válido para o Maranhão entre 1808-1840. A exploração fiscal pelo governo central era uma queixa constante das províncias. Foi usada para justificar as revoltas pernambucanas de 1824 e 1848 (Mello 1984: 251). Deveria também ser considerada na discussão das causas da Balaiada.

Celso Furtado (1972: 79-81) chamou o final da época colonial no Brasil, e sobretudo no Maranhão, uma fase de “falsa euforia”. Falsa, porque o crescimento das exportações brasileiras e maranhenses, em volume e valor, era sobretudo devido a fatores conjunturais, como a Guerra da Independência norte-americana e o bloqueio continental de Napoleão. Para Arruda (1980: 631-38), no entanto, tratou-se de euforia efetiva, porque havia também razões estruturais que favoreciam a expansão econômica brasileira deste período, como a industrialização ou o crescimento da população européia. No caso do Maranhão, esta ‘euforia’, ou crescimento da economia de *plantation*, tinha seus limites.

³⁹ Ver os relatórios do Presidente da Província, reproduzidos no *Publicador Oficial* (1837: 4869; 1838: 4310).

Os lucros se concentravam nas mãos de uma pequena elite de negociantes e fazendeiros. Como parte substancial dos lucros mercantis, depois de 1808, era realizada por negociantes ingleses, não houve processo de acumulação interna tão significativo como no Rio de Janeiro. Na capital do vice-reinado, como foi demonstrado por Fragoso (1998), “os homens de grossa aventura” realizaram substancial acumulação mercantil interna, entre 1790 e 1830, através de várias práticas monopolistas. Não dispomos ainda de dados comparáveis para o Maranhão, mas as fontes qualitativas sugerem que houve diferenças significativas no padrão de acumulação, apesar de encontrarmos práticas monopolistas similares nas duas províncias. Quanto aos fazendeiros maranhenses, como a maioria dos seus congêneres na América escravista, investiam seus lucros na aquisição de novos escravos ou em importações de luxo, contribuindo assim pouco para dinamizar o mercado interno. Estes hábitos de consumo e investimento eram frutos de uma longa tradição e mudavam com dificuldade. O seu crônico endividamento junto aos grandes negociantes também impedia inovações ou mesmo investimentos produtivos. Esta situação limitou o desenvolvimento econômico da capitania num período crucial de crescimento.

Depois de 1808, como vimos, os negociantes ingleses souberam aproveitar-se das estruturas oligopolistas do comércio colonial. A “interiorização da metrópole” (Dias 1972) significava que o novo Estado nacional brasileiro se limitava a uma política de exploração fiscal. A maioria dos rendimentos tributários no Maranhão era gasto para finalidades que não tinham nenhuma repercussão positiva para a província, como a dívida externa, a guerra no Uruguai ou as despesas da Corte no Rio.

Estas eram as condições estruturais da primeira metade do século XIX. Não podiam ser alteradas facilmente, e significaram sério entrave para o desenvolvimento da economia maranhense. Devido às circunstâncias peculiares, como a coincidência da Independência com a fase de crescimento mais forte da economia de *plantation*, e a situação periférica da província em relação à nova metrópole, os frutos da fase de euforia acabaram sendo colhidos e consumidos por Portugal, Rio de Janeiro e Inglaterra mais facilmente do que eram produzidos no Maranhão. Os resultados deste primeiro ciclo econômico baseado na *plantation* algodoeira, foram, além do extermínio das sociedades indígenas, da

deportação de milhares de escravos negros, e de alguns sobrados magníficos em São Luís, vastas extensões de selva destruídas, onde crescia uma vegetação secundária de babaçu, imortalizados como símbolo pátrio por Gonçalves Dias no seu famoso poema ufanista *Minha terra tem palmeiras*. Este episódio 'áureo' da economia maranhense gerou também uma classe de fazendeiros que não conseguiam mais plantar outro produto lucrativo para a exportação.⁴⁰ Por esta razão não tiveram mais papel de destaque a nível nacional.

Outro resultado imprevisto foi a formação de um campesinato nos interstícios da economia de *plantation*. Uma série de fatores específicos contribuiu para que o desenvolvimento da economia camponesa no Maranhão fosse mais substancial que na maioria das outras regiões de *plantation* do Império brasileiro.

A crise do meio circulante, provocado pelo governo central, aumentou a desconfiança da população nas autoridades, e retardou a monetização da economia maranhense, constituindo-se em outro fator negativo para o desenvolvimento da província. As crises de abastecimento, nas quais o governo provincial tinha parte da responsabilidade, possibilitaram a manutenção de antigos mecanismos de exploração da população, como a especulação e o monopólio do comércio com os gêneros de base. A política econômica deste período permaneceu profundamente marcada por princípios coloniais e mercantilistas, demonstrando como a economia expressava relações de dominação políticas.

Quanto às razões para a insurreição da Balaiada, deve ter ficado claro que as crises de subsistência, de abastecimento e do meio circulante, a dependência dos grandes negociantes, a exploração fiscal da província pelo governo central e a política econômica do governo provincial foram os principais fatores da ordem econômica que levaram ao acirramento das contradições entre os negociantes e uma elite do algodão por um lado, e de camponeses e fazendeiros produzindo para o mercado interno, do outro.

⁴⁰ O surto da economia açucareira, no Segundo Império, em algumas microrregiões da fronteira agrícola foi um fenômeno limitado, já que as exportações de açúcar nunca superaram em valor as de algodão. Ver Faria (1998: 65).

Bibliografia

- Abranches, João Antônio Garcia d' (1822): *Espelho crítico-político da província do Maranhão, dividido em duas partes: [...] por um habitante da mesma província*. Lisboa.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de (1983): *A ideologia da decadência. Leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. São Luís.
- Arruda, José Jobson de A. (1980): *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo.
- Bouvier, Jean (1974): "Les crises économiques". In: Le Goff/Nora (1980: 25-50).
- Buescu, Mircea (1970): *História econômica do Brasil. Pesquisas e análises*. Rio de Janeiro.
- Buescu, Mircea/Tapajós, Vicente (1967): *História do desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro.
- Cabral, Maria Socorro Coelho (1984): *Política e educação no Maranhão*. São Luís.
- Carvalho, Carlos Jesus de (1979): *O problema da decadência do algodão no Maranhão. Persistências sociais e mudanças econômicas (1840-1950)*. Rio de Janeiro.
- Castro, Hebe Maria Mattos de (1987): *Ao sul da história. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo.
- Clapp, B. D. (1965): *John Owens – Manchester Merchant*. Manchester.
- Costa, Francisco de Assis (1989): *Amazonien – Bauern, Märkte und Kapitalakkumulation*. Saarbrücken/Fort Lauderdale.
- Dias, Manuel Nunes (1970): *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, 1755-1778*. 2 vols., Belém.
- Dias, Maria Odila Silva (1972): "A interiorização da metrópole (1808-1853)". In: Mota (1972: 160-184).
- Faria, Regina Helena Martins de (1998): *Trabalho escravo e trabalho livre na crise da agroexportação escravista no Maranhão. Monografia do Curso de Especialização em História Econômica Regional*. São Luís.
- Fragoso, João (1998): *Homens de Grossa Aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro.
- Furtado, Celso (1972): *La formation économique du Brésil. De l'époque coloniale aux temps modernes (Formação econômica do Brasil)*. Paris.
- Gaioso, Raimundo José de Sousa (1970): *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Rio de Janeiro [1ª ed. 1818].
- Gama, Bernardo (1981) "Informação sobre a Capitania do Maranhão, dada em 1813 ao Chanceler Antônio Rodrigues Velloso". In: Moraes (1981: 9-29).

- Gomes, Janete Sousa da Costa (1982): *A produção e o comercio do algodão no Maranhão de 1760 a 1900*. Tese de Mestrado, Brasília.
- Gorender, Jacob (1978): *O escravismo colonial*. São Paulo.
- Graham, Maria Dundas [Lady Maria Calcott] (1969): *Journal of a voyage to Brazil and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*. Ed. faksimile, New York [1ª ed. 1824].
- Haber, Stephen (ed.) (1997): *How Latin America Fell Behind. Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914*. Stanford.
- Haber, Stephen/Klein, Herbert S. (1997): "The Economic Consequences of Brazilian Independence". In: Haber (1997: 243-259).
- Hanke, Lewis (1967) (ed.): *History of Latin American Civilization*. Boston.
- Hesketh, Robert (1967): "A British Consular Report on Slavery in Northern Brazil (1831)". In: Hanke (1967: 174-180).
- HGCB (1965): *História geral da civilização brasileira*, ed. Sérgio Buarque de Hollanda. 2 tomos, 6 vols., São Paulo.
- Koster, Henry (21817): *Travels in Brazil*. 2 vols., London.
- Lago, Antônio Bernardino Pereira do (1822): *Estatística histórica e geográfica do Maranhão*. Lisboa.
- Leff, Nathaniel H. (1982): *Underdevelopment and development in Brazil*, vol. 1: *Economic structure and change, 1822-1947*. Vol. 2: *Reassessing the obstacles to economic development*. London.
- (1997): "Economic Development in Brazil, 1822-1913". In: Haber (1997: 34-64).
- Le Goff, Jacques/Nora, Pierre (1980): *Faire de l'histoire. Nouvelles approches*. Paris.
- Libby, Douglas C. (1991): "Protoindustrialization in a Slave Society: The Case of Minas Gerais". *JLAS* 23, 1: 1-35.
- Lima, Heitor Ferreira (21976): *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo.
- Linhares, Maria Yedda Leite (1979): *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília.
- Linhares, Maria Yedda/Teixeira da Silva, Francisco Carlos (1981): *História da agricultura brasileira. Combates e controvérsias*. São Paulo.
- Lisboa, João Francisco (1976): *Crônica do Brasil colonial. Apontamentos para a história do Maranhão*. Petrópolis.
- Manchester, Alan K. (1964): *British Preeminence in Brazil: Its Rise and Decline*. New York [1ª ed. 1933].
- Maranhão 1948 (1952): Departamento de Estatística. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

- Marques, César Augusto (1970): *Diccionario histórico-geográfico da província do Maranhão*. Rio de Janeiro [1ª ed. 1870].
- Mauro, Frédéric (1972): "A conjuntura atlântica e a Independência do Brasil". In: Mota (1972: 38-47).
- Mello, Evaldo Cabral de (1984): *O Norte agrário e o Império, 1871-1889*. Rio de Janeiro.
- Mitchell, Brian R. (1962): *Abstracts of British Historical Statistics*. Cambridge.
- Moraes, Jomar (1981) (ed.): *Projeção, Suplemento Cultural*, março 1981. São Luís.
- Mota, Carlos G. (1972) (ed.): *1822. Dimensões*. São Paulo.
- Novais, Fernando A. (1979): *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*. São Paulo.
- O Bemtevi* (1838). Edição Fac-Similar 1987, São Luís.
- O Publicador Oficial* (1832-38). São Luís.
- Paula Ribeiro, Francisco de (1848): "Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1813 [...]". In: *RIHGB* 9: 5-80.
- (1849): "Descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão (1819)". In: *RIHGB* 12: 41-86.
- Pelaez, Carlos Manuel/Suzigan, Wilson (1981): *História monetária do Brasil. Análise da política, comportamento e instituições monetárias*. Brasília.
- Platt, Desmond C. M. (1972): *Latin America and British Trade 1806 - 1914*. London.
- Poranduba (1891): "Poranduba Maranhense ou Relação histórica da Província do Maranhão [...]" [autor provável: Francisco de N. S. dos Prazeres Maranhão, texto original de 1820]. In: *RIHGB* 54, vol. 83: 9-184.
- Prado Júnior, Caio (1963): *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)*. São Paulo.
- Relatório do Presidente da Província* (1841): *Discurso recitado pelo Exmº Snr. Dr. João Antônio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 3 de julho de 1841*. São Luís.
- Relatório do Presidente da Província* (1855): *Relatório do Presidente da Província, Dr. Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 3 de maio de 1855*. São Luís.
- Relatório do Presidente da Província* (1861): *Apresentado á Assembléia Legislativa Provincial pelo Exmº Snr. Presidente da Província Major Francisco Primo de Sousa Aguiar, no dia 3 de julho de 1861*. São Luís.

- Röhrig Assunção, Matthias (1993): *Pflanzer, Sklaven und Kleinbauern in der brasilianischen Provinz Maranhão, 1800-1850*. Frankfurt a. M. (Berliner Lateinamerika-Forschungen 2).
- Roteiro (1900): "Roteiro do Maranhão á Goiás pela capitania do Piauí (um 1800)". In: *RIHGB* 62, vol. 99: 60-161.
- Santos, Maria Januária Vilela (1983): *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo.
- Schneider, Jürgen (1975): *Handel und Unternehmer im französischen Brasilien, 1815-1854. Versuch einer quantitativen Strukturanalyse*. Köln/Wien.
- Silva, Francisco Carlos Teixeira (1990): *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Niterói (tese de doutoramento, mimeo, Universidade Federal Fluminense).
- Simonsen, Roberto (1957): *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo [1ª ed. 1937].
- Soares, Sebastião Ferreira (1977): *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1860. Ed. faksimile, Rio de Janeiro.
- Southey, Robert (1977): *História do Brasil*. 3 vols., São Paulo [1ª ed. inglesa: *History of Brazil, 1810-1819*].
- Spix, Johann Baptist/Martius, Carl Friedrich Philipp von (1981): *Viagem pelo Brasil: 1817-1820. Belo Horizonte, Itatiaia e São Paulo*. 3 vols., São Paulo [tradução portuguesa de *Reise in Brasilien [...]*, München 1828].
- Suter, Hugo (1926): *Geschichte der brasilianischen Finanz- und Steuerpolitik bis 1924 und brasilianische Finanzen und wirtschaftliche Entwicklung bis zum Ende des Kaiserreichs 1889*. Rio de Janeiro.
- Trümper, Christiane (1986): *Der Staatshaushalt im oligarchischen Staat am Beispiel des Kaiserreichs Brasilien 1822-1866* (Hausarbeit im Rahmen der Ersten Staatsprüfung am Fachbereich Geschichtswissenschaften der FU Berlin, mimeo).
- Vieira da Silva, Luís Antonio (1972): *História da Independência da Província do Maranhão, 1822-1828*. Rio de Janeiro [1ª ed. 1862].
- Viveiros, Jerônimo de (1954-64): *História do comercio do Maranhão, 1612-1895*. 3 vols., São Luís.
- Xavier, Manoel Antônio (1956): "Memória sobre o decadente estado da lavoura e comercio [...]" [1822]. In: *RIHGB* 1956, vol. 231: 305-316.